

Predicados de controlo na diacronia do português

Alexandra Fiéis & Ana Madeira

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa / Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa

Abstract

We discuss the implications of the tense properties of infinitives for an analysis of restructuring with obligatory control predicates and, on the basis of diachronic evidence and data from standard and non-standard varieties of contemporary European Portuguese, we argue that a correlation between temporal properties and restructuring does not explain the variation found. We suggest that restructuring depends solely on the c-selectional properties of verbs, occurring when a functionally defective infinitive is selected. Hence, diachronically, there is a change in the selectional properties of control verbs, whereas, synchronically, there is variation in the level of functional complexity of control infinitives.

Keywords: control, restructuring, Portuguese, diachrony, synchrony.

Palavras-chave: controlo, reestruturação, Português, diacronia, sincronia.

1. Introdução

O presente trabalho tem dois objetivos principais: em primeiro lugar, discutir as implicações das propriedades temporais dos complementos infinitivos para uma análise da reestruturação com predicados de controlo obrigatório, e, em segundo lugar, procurar perceber por que razão apenas alguns verbos de controlo permitem reestruturação, tanto diacronicamente como sincronicamente.

Assim, na secção 2, apresentamos uma súpula de algumas das análises sobre reestruturação e controlo existentes na literatura. Na secção 3, descrevemos algumas das propriedades interpretativas das construções com verbos de controlo. Após a revisão da literatura e da descrição das propriedades das construções em estudo, analisamos, na secção 4, os dados da sincronia e da diacronia do português. Na secção 5, apresentamos algumas das observações que se poderão retirar da descrição dos dados, bem como hipóteses de análise. Finalmente, na secção 6, apresentamos algumas das conclusões mais relevantes a retirar deste trabalho.

Para este estudo, recorreremos a dados extraídos dos seguintes *corpora* informatizados:

- *Corpus* Informatizado do Português Medieval:
<http://cipm.fcsh.unl.pt>
- *Corpus* Histórico do Português Tycho Brahe:
www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/
- (*Corpus* de Extratos de Textos Eletrónicos MCT/Público):
www.linguateca.pt/cetempublico/

2. Análises de Reestruturação e Controlo

É facto conhecido que alguns verbos de controlo permitem reestruturação mas outros não. Nos exemplos em (1), podemos verificar que, em português, com *querer* a subida do clítico (um dos diagnósticos de reestruturação) é possível, mas, com *decidir*, também um verbo de controlo, a subida do clítico para o domínio mais alto é considerada agramatical.

- (1) a. *O João não os quis ler*
 a'. *O João não quis lê-los*
 b. **O João não os decidiu ler*
 b'. *O João não decidiu lê-los* (Gonçalves, 1999: 217)

No português europeu contemporâneo (PEC) *standard*, os verbos de controlo não têm, pois, um comportamento uniforme no que respeita à reestruturação. Assim, seguindo Gonçalves (1999), é possível agrupar esta classe de verbos em dois grupos distintos: os que permitem reestruturação (cf. (2a)) e os que não a permitem (cf. (2b)).

- (2) a. Grupo I (verbos que permitem reestruturação): *conseguir, desejar, pretender, querer, tencionar, tentar...*
 b. Grupo II (verbos que não permitem reestruturação): *ameaçar, decidir, esperar, jurar, prometer, recear, recusar, resolver...* (Gonçalves, 1999: 220-221)

Antes de considerarmos o caso do português, vejamos quais as análises que têm sido propostas para explicar esta assimetria entre os vários verbos de controlo. Por um lado, as teorias mais lexicalistas, na linha de Rizzi (1978), defendem que as diferenças de comportamento entre os vários verbos de controlo se devem a propriedades lexicais do próprio verbo, que se traduzem em diferenças de seleção categorial.

Para Cinque (2004), por seu lado, as assimetrias que se podem observar resultam de diferenças no estatuto dos diferentes verbos de “controlo”. Defende-se, assim, que todos os verbos de controlo que admitem reestruturação são funcionais, ou seja, são núcleos

inseridos diretamente em posições funcionais, de acordo com a hierarquia proposta em Cinque (1999). Nesta análise, estes verbos são analisados como verbos de elevação e não de controlo. O estatuto funcional dos verbos de controlo que permitem reestruturação explicará as restrições de ordem impostas a estes verbos, como se observa em (3), para o italiano.

- (3) a. *Lo tenderebbe a voler fare sempre lui*
 'Ele tendê-lo-ia a querer sempre fazer'
 b. **Lo vorrebbe tendere a fare sempre lui*
 'Ele querê-lo-ia tender a fazer sempre' (Cinque, 2004: 18)

Sendo verbos funcionais, como defende Cinque, não possuem grelha temática. No entanto, são vários os argumentos que poderão ser apresentados contra a ideia de que os verbos de controlo são funcionais e não verbos plenos. Por exemplo, dados do PEC *standard* mostram que estes verbos selecionam argumento externo, como é evidenciado pelo facto de não permitirem sujeitos expletivos (cf. (4)) e imporem restrições quanto ao tipo de sujeito selecionado, como se observa em (5). Este último exemplo mostra que, com um volitivo como *querer*, não é possível a ocorrência de um sujeito não animado, independentemente das propriedades de seleção do infinitivo¹:

- (4) **Quis chover*
 (5) *O João / *o comboio quis ir para o Porto*

Um outro tipo de análise defende o carácter temático destes verbos, apontando como fator determinante para a reestruturação a seleção de um domínio infinitivo funcionalmente defetivo (Martins, 2000; Wurmbrand, 2001; Gonçalves, 1999; Gonçalves et al., 2010; Landau, 2000). De entre estas análises, algumas, nomeadamente as propostas por Wurmbrand (2001), Gonçalves (1999), Gonçalves et al. (2010) e Landau (2000), assumem ainda que as propriedades temporais do infinitivo são condição necessária para a reestruturação, uma vez que só verbos que selecionam complementos temporalmente defetivos permitirão reestruturação. Na análise de Gonçalves et al. (2010), a defetividade temporal do infinitivo implica que o evento

¹ Um revisor anónimo nota que nem todos os verbos de controlo impõem restrições quanto ao tipo de sujeito selecionado, referindo que, por exemplo, o verbo *querer* admite sujeito expletivo em estruturas como as ilustradas em (i-ii):

- (i) *Parece querer chover*
 (ii) *Está a querer chover*

No entanto, parece-nos que esta possibilidade está restrita a estas construções lexicalizadas, não sendo possível com outros tempos verbais (como em (4)) ou com outros predicados, como ilustrado em (iii):

- (iii) **Está a querer ficar frio*

encaixado é localizado temporalmente com relação ao domínio matriz, ou seja, é temporalmente dependente. É esta dependência temporal que se estabelece entre o domínio infinitivo e o domínio do verbo de controlo que faz com que não seja possível a ocorrência de marcadores temporais com valores contraditórios nos dois domínios. Observe-se, em (6), o contraste entre o comportamento de um verbo que não permite reestruturação, como *decidir*, e o de um verbo que o permite, como *querer*:

- (6) a. **O João quis ir ao cinema amanhã*
 b. *O João decidiu ir ao cinema amanhã* (Gonçalves, 1999: 220)

Centrando-nos neste terceiro tipo de análise e tendo por base os dados observados e as propostas de explicação disponíveis, interessa-nos investigar as seguintes questões:

- (i) A reestruturação com verbos de controlo depende necessariamente de propriedades temporais / interpretativas distintas das exibidas pelos verbos que a não permitem?
 (ii) Haverá uma correlação necessária entre propriedades interpretativas e configurações sintáticas?

3. Propriedades interpretativas das construções com verbos de controlo

Relativamente às construções com os verbos de controlo *conseguir*, *querer* e *decidir*, observa-se que estas podem exibir diferentes comportamentos quanto a propriedades interpretativas.

Esses diferentes comportamentos poderão decorrer de diferentes propriedades de escopo com adverbiais temporais que ocorrem na oração matriz (Karttunen, 1971), como se observa em (7). Apenas em (7a), com *conseguir*, é possível obter uma leitura na qual o evento descrito (*ler o livro*) terá efetivamente sido realizado no intervalo de tempo descrito pelo verbo da oração matriz. O facto de o adverbial temporal *ontem* poder ter escopo sobre toda a oração será argumento para mostrar que existe apenas um domínio temporal, o que acontece apenas com *conseguir* e não com *querer* e *decidir*.

- (7) a. *Ontem, ele conseguiu ler o livro*
 ⇒ Ele leu o livro ontem
 b. *Ontem, ele quis ler o livro*
 ; Ele leu o livro ontem
 c. *Ontem, ele decidiu ler o livro*
 ; Ele leu o livro ontem

Podemos observar o mesmo tipo de comportamento quando um adverbial eventivo modifica o infinitivo (Napoli, 1981; Wurmbrand, 2001). Dos exemplos que se seguem,

só em (8a), com *conseguir*, se pode afirmar que existe apenas um domínio aspetual, ou seja, que se trata de um único evento, na linha do que defende Hacquard (2008), uma vez que o adverbial *novamente* tem escopo sobre toda a frase e não apenas sobre o evento matriz, como acontece em (8b), com *querer*², e em (8c), com *decidir*.

- (8) a. *Ele conseguiu ler o livro novamente*
 ⇒ Ele leu o livro novamente
 b. *Ele quis ler o livro novamente*
 ; Ele leu o livro novamente
 c. *Ele decidiu ler o livro novamente*
 ; Ele leu o livro novamente

Verifica-se, novamente, uma diferença no comportamento destes verbos quando ocorrem adverbiais temporais com valores distintos no complemento infinitivo e na oração principal. Mais uma vez, *conseguir* distingue-se de *querer* e de *decidir* no sentido em que não permite a ocorrência de um temporal no domínio infinitivo com valor distinto do da matriz, como em (9a) por oposição a (9b) e (9c). Para além disso, o tempo da oração infinitiva é sempre interpretado como sendo posterior relativamente ao tempo do evento descrito na matriz, com *querer* e *decidir*, como se vê pela impossibilidade de (9b', c'). Já com *conseguir*, o seu complemento é interpretado como simultâneo relativamente ao tempo da matriz.

- (9) a. **No domingo, ela conseguiu ir ao cinema no dia seguinte*
 b. *No domingo, ela quis ir ao cinema no dia seguinte*³
 b'. **No domingo, ela quis ir ao cinema no dia anterior*
 c. *No domingo, ela decidiu ir ao cinema no dia seguinte*
 c'. **No domingo, ela decidiu ir ao cinema no dia anterior*

Contudo, contrariamente ao que acontece com *want* 'querer' em inglês (Karttunen, 1971) (cf. (10)), no PEC *standard* não é possível a ocorrência de adverbiais temporais deíticos no complemento infinitivo de *querer*, como se observa em (11b), e de

² Contrariamente ao que acontece em PEC *standard*, em italiano, uma frase como *Gianni ha voluto sposare Maria di nuovo* 'Gianni quis casar com Maria novamente' implica necessariamente que os dois já foram casados, ou seja, trata-se de um evento único (cf. Hacquard, 2008: 10).

³ O equivalente desta frase em italiano, **Una settimana fa Gianni è voluto partire il giorno dopo* 'Há uma semana Gianni quis partir no dia seguinte', é agramatical, segundo Hacquard (2008: 10), que argumenta que *volere* 'querer' envolve um único domínio temporal. Este facto, juntamente com o referido na nota 1, confirma que os verbos de reestruturação podem estar associados a propriedades distintas em línguas diferentes.

conseguir (cf. (11a)), como se esperaria tendo em conta que este verbo está associado a apenas um domínio temporal⁴:

- (10) a. *John wanted to arrive [the] day after tomorrow*
(Karttunen, 1971: 346)
- (11) a. **Ontem, ela conseguiu ir ao cinema amanhã*
b. **Ontem, ela quis ir ao cinema amanhã*
c. *Ontem, ele decidiu ir ao cinema amanhã*

No caso de *querer*, embora o seu complemento tenha um domínio temporal distinto do da matriz, como se mostrou acima, este domínio parece ser dependente do tempo da oração matriz, ao contrário do que acontece com *decidir*.

Em suma, o que os exemplos apresentados acima nos mostram relativamente às propriedades temporais dos complementos infinitivos de verbos de controlo é que:

(i) O complemento infinitivo de *conseguir* é interpretado tendo como referência o evento matriz; tem uma interpretação de simultaneidade. Segundo Stowell (1981), estes complementos são “untensed” e toda a frase corresponde a um único domínio temporal e denota um único evento (cf. (7) e (8));

(ii) Ambos os complementos de *querer* e *decidir* permitem uma interpretação temporal distinta da do evento matriz (têm interpretação prospetiva) e denotam dois eventos (são “tensed”, segundo Stowell, 1981) (cf. (9)), o que significa que estão associados a um domínio temporal e aspetual distinto do da matriz;

(iii) No entanto, apenas *decidir* permite adverbiais temporais deíticos no complemento infinitivo diferentes dos da matriz (cf. (11)). Ou seja, só o complemento de *decidir* está associado a um domínio temporal independente, enquanto o complemento de *querer* é necessariamente interpretado com referência ao tempo da matriz.

É lícito, pois, concluir que as construções com verbos de controlo analisadas exibem diferentes comportamentos quanto a propriedades interpretativas e temporais. Na próxima secção, com a análise dos dados do português, tentaremos mostrar que este diferente comportamento não tem relação direta com a possibilidade de reestruturação que alguns destes verbos exibem.

⁴ No entanto, estas frases tornam-se gramaticais se o verbo estiver no imperfeito (Hacquard, 2008) ou no presente do indicativo, como se mostra em (i):

- (i) a. *Ontem, ela conseguia ir ao cinema amanhã*
a'. *Hoje, ela consegue ir ao cinema amanhã*
b. *Ontem, ela queria ir ao cinema amanhã*
b'. *Hoje, ela quer ir ao cinema amanhã*

De acordo com Hacquard (2008), tanto o imperfeito como o presente adicionam um nível modal adicional, o qual é independente de questões temporais.

4. Construções com verbos de controlo: os dados do português

Apresentamos, nesta secção, alguns exemplos ilustrativos do comportamento das construções em discussão. Começamos, em 4.1., com a descrição para o PEC e, em 4.2., apresentamos os dados da diacronia do português.

4.1. O Português Europeu Contemporâneo

Como referido na secção 2. acima, no PEC *standard*, os verbos de controlo não exibem o mesmo comportamento relativamente a reestruturação. Para além disso, também os juízos relativamente ao comportamento de cada verbo nem sempre são coincidentes:

- (12) a. **Não se ousava levantar*
 a'. *Não ousava levantar-se* (Martins, 2000: 185)
 b. *O João não lhe ousa telefonar* (Duarte, 2003: 857)

Dados recolhidos por nós⁵ confirmam este facto e fornecem evidência contra a bipartição apresentada em (2). Assim, a variabilidade dos juízos relativa à ocorrência de subida de clítico com cada verbo permite-nos distribuir os verbos consoante a maior ou menor aceitação da estrutura e permite-nos agrupar os falantes em dois grupos, um mais conservador, que rejeita a subida de clítico, exceto com *querer*, *conseguir*, *tentar*, *tencionar*, e um outro mais inovador, que aceita a subida de clítico com praticamente todos os verbos. Saliente-se que o grupo mais inovador não aceita todos os verbos da mesma forma, observando-se uma gradação da aceitabilidade das construções (cf. tabela (1)). Note-se ainda que nenhum dos verbos testados é considerado totalmente inaceitável com subida de clítico.

+ _____ -				
querer	esperar	prometer	decidir	afirmar
conseguir	ousar	planear	resolver	julgar
tentar		aceitar	preferir	jurar
tencionar		recusar		garantir
		fingir		concordar
				lamentar
				combinar

Tabela 1: verbos que permitem subida de clítico.

⁵ Aplicámos um teste de juízos de gramaticalidade a um grupo de 18 falantes nativos de português europeu, com grau académico superior, residentes na região da Grande Lisboa, com idades compreendidas entre 23 e 67 anos.

Para os informantes do grupo mais conservador, a presença de um elemento proclisador no domínio matriz favorece a aceitação da subida do clítico:

- (13) a. *O motorista recusou-o transportar*
(aceite marginalmente por 1 informante)
b. *O motorista não o recusou transportar*
(aceite categoricamente por 9 informantes e marginalmente por 5)

Para além disso, a natureza do clítico também tem influência no julgamento das frases. Alguns dos nossos informantes referiram existir um contraste de gramaticalidade entre os exemplos (14a), com um clítico acusativo de 3ª pessoa, e (14b), com um clítico acusativo de 2ª pessoa⁶:

- (14) a. ??*A Maria quere-o ver*
b. *A Maria quer-te ver*

Também em variedades não *standard* (descritas em Magro, 2004), a subida de clítico é permitida com um maior número de verbos do que no português *standard*.

- (15) *Durante 250 metros ainda o nigeriano Sunday Bada o ousou desafiar,*
mas isso saiu-lhe caro: acabou em último (CETEMPúblico, ext1055879)
(16) *Eu já me aprendi a controlar* (Magro, 2004: 18)
(17) *Não sei porque é que me resolvem sempre telefonar quando tenho outra*
coisa para fazer (Idem)
(18) *Swagger diz que já falou com a General Manager Tiffany, que lhe*
garantiu dar uma oportunidade pelo título que segundo ele "nunca
devia ter saído do seu ombro" se vencesse também um handicap match,
como Christian (retirado de um fórum da Internet⁷)

Tanto os dados das variedades não *standard* do PEC como os dados do nosso inquérito mostram que há variação, sendo de destacar, nestes últimos, o facto de a subida de clítico não ter sido considerada totalmente inaceitável com nenhum dos verbos testados.

Ao mesmo tempo, não se verifica nenhuma correlação óbvia entre a possibilidade de subida de clítico observada com estes verbos e as propriedades temporais descritas na secção 3. Assim, por um lado, verbos que ocupam posições diferentes na escala de

⁶ É importante que uma análise da reestruturação dê conta do facto de que a natureza do clítico e a presença/ausência de proclisadores interferem na aceitabilidade da subida do clítico. Esta é uma questão que deixamos para trabalho futuro.

⁷ <http://fpwrestling.forumeiros.com/t3344-uelcom-tu-i-ci-dabliu> (acedido em 15/2/2012).

aceitabilidade descrita na tabela 1 exibem o mesmo comportamento no que respeita a estas propriedades (por exemplo, *ousar* comporta-se como *conseguir*, e *prometer* e *combinar* como *decidir*); por outro lado, verbos que ocupam a mesma posição apresentam comportamentos distintos (cf., por exemplo, o contraste entre *querer* e *conseguir*, descrito na secção 3)⁸.

Vejamus agora, na secção 4.2., o que se observa em estádios anteriores da língua, isto é, no português antigo (PA) e no português clássico (PCI).

4.2. Dados diacrónicos

Os dados extraídos dos *corpora* analisados mostram que verbos como *querer*, *ousar*, *esperar*, *desejar*⁹ e *prometer* exibem comportamentos distintos entre si em PA.

Assim, com *querer*, *ousar*, *esperar* e *desejar* (cf. (19) a (22), respetivamente), há maioritariamente subida de clítico, o que vai ao encontro do que observa também Martins (1994, 2000) (enquanto em PEC *standard* estes verbos se caracterizam pela opcionalidade da construção, com preferência, em alguns casos, pela ocorrência do clítico no domínio infinitivo). Com *prometer*, o clítico tende a ocorrer no domínio infinitivo (no entanto, foi apenas registada uma ocorrência deste verbo na construção de controlo) (cf. (23)).

- (19) *nõ sabya aquela razão per que o queriã deytar* [1280? FR]
 (20) *E porque o ousou fazer peyte al rey XX maraudis* [1280? FR]
 (21) *De sse aver algũas vezes com prazer, e outras com nojo ou tristeza, esto se faz, segundo me parece, por quanto suydade propriamente he sentydo que o coração filha por se achar partydo da presença d' algũa pessoa, ou pessoas que muyto per afeiçom ama, ou o espera cedo de sseer.* [1437/1438 LC]
 (22) *Ai, senhor Galaaz, muito há que vos desegei a veer, ca muito ouí de vós falar* [séc. 15 DSG]
 (23) *prometo á ámala. e a querer ssa prol* [1278 CA31]

No PCI, por seu turno, pode já observar-se opcionalidade entre subida e não subida de clítico com verbos como *desejar* e *querer* (cf. (24) e (25)), o que constitui evidência para o facto de que, no período clássico, começa a diminuir o predomínio da subida de clítico nestes contextos (cf. Salvi, 1990; Martins, 2000; Martins, 2006; Andrade, 2010).

⁸ O comportamento destes verbos merece um tratamento mais aprofundado, no sentido de tornar mais robusta a ideia de que existe uma dissociação entre a semântica dos verbos e a sintaxe. Para os nossos objetivos neste trabalho, é suficiente a observação de que tal correlação não é sustentável.

⁹ Incluído no grupo dos verbos que permitem reestruturação em português europeu contemporâneo, de acordo com Gonçalves (1999).

- (24) a. *Desejo ver-vos muitos alívios*
 b. *só vos digo que estimei as vossas novas, e as desejo merecer com todos os afectos de verdadeiro amigo da alma*

[1631, Chagas, *Cartas Espirituais*]

- (25) a. *visto que por eles o quero inculcar ao mundo sem o nomear*
 b. *e como não querereis (quanto é hoje) medir-vos com a minha grande discricção?*

[1608, F.M.de Melo, *Cartas Familiares*]

Para além do que verificámos para o PEC, o diferente comportamento dos verbos de controlo que se observa, quer sincronicamente, quer diacronicamente, leva-nos a ponderar a hipótese de que terá ocorrido uma mudança nas propriedades de seleção destes verbos (ver também Martins, 2000). Na próxima secção faremos uma síntese dos argumentos em favor desta hipótese.

5. Análise

Em termos de interpretação temporal, observam-se assimetrias entre os diferentes verbos considerados (cf. *conseguir*, *querer* e *decidir*). No entanto, não se verifica uma correlação entre as propriedades de interpretação temporal / eventiva de cada verbo e a possibilidade de reestruturação.

A variação diacrónica, sincrónica e individual que se observa mostra que o facto de um verbo permitir ou não reestruturação não tem efeitos na interpretação. Além disso, o facto de que a possibilidade de reestruturação pode ser condicionada por fatores como a natureza do clítico ou a presença de elementos proclisadores no domínio matriz mostra que é independente de questões interpretativas. Assim, a defetividade temporal do infinitivo poderá não constituir uma condição necessária para a reestruturação (contra Gonçalves, 1999; Gonçalves et al, 2010), dependendo esta apenas das propriedades de seleção do verbo de controlo.

De qualquer forma, não fica explicado por que razão alguns verbos resistem mais à reestruturação do que outros. Relativamente à estrutura sintática associada à reestruturação, muitos autores defendem que as construções de reestruturação correspondem a estruturas reduzidas¹⁰, em que o domínio infinitivo é realizado como VP / vP (Wurmbrand, 2000; Landau, 2000) ou TP (Gonçalves, 1999; Martins, 2000). Esta análise permite derivar os efeitos de transparência que se observam nestes contextos.

Como observámos na secção anterior, a subida de clítico com verbos de controlo era o padrão dominante no PA. Em termos de evolução diacrónica, nos dados

¹⁰ Para análises alternativas, que consideram que o domínio de reestruturação corresponde a um domínio funcional completo, ver, por exemplo, Kayne (1989) e Roberts (1997).

observados, corroborando também o que foi observado por alguns autores (e.g. Martins, 1994; 2000; e.o.), observa-se, do PA para o PEC, um decréscimo na subida de clítico nas construções com estes verbos. Parece não ser indiferente também o facto de o PA, ao contrário do PEC, se caracterizar pela ausência da negação no domínio infinitivo nestas construções¹¹.

Porém, e apesar de não haver evidência para NegP no domínio infinitivo (indicador de que T é projetado), existe alguma evidência para a existência de outros núcleos funcionais no domínio infinitivo. Atentemos no seguinte: estes verbos podem ser seguidos de um marcador infinitivo (*a / de*) selecionado pelo verbo. Por exemplo:

- (26) a. *peyte a sseu senhor do seruo X marauidis **porque o ousou fazer***
 b. *e **porque o ousou a fazer** peyte X marauidis a el rey* [1280? FR]

A presença deste marcador infinitivo não bloqueia a subida do clítico (26b), o que mostra que não é um complementador (Kayne, 1989). No entanto, constitui evidência para a presença de um núcleo funcional no infinitivo capaz de alojar este elemento (um AgrSP defetivo, na análise de Martins (2000)).

Pelo contrário, no PEC, com verbos que permitem subida de clítico, há evidência clara para um domínio funcional mais complexo do que em PA. Nestes casos, a presença de certos núcleos funcionais, por exemplo Neg, bloqueia a subida de clítico.

- (27) **O João quis-lhe não mostrar o livro*

Na nossa análise, assumimos dois pressupostos teóricos principais: o primeiro é o de que a estrutura funcional pode ser defetiva, pelo que as categorias não serão sempre projetadas (Grimshaw, 1991; Thráinsson, 1996) (contrariamente à ideia de que as categorias funcionais são sempre projetadas de acordo com uma hierarquia universal, como é defendido por Cinque, 1999); em segundo lugar, uma categoria funcional é projetada se houver evidência morfológica / sintática para a sua presença.

No entanto, e se numa primeira análise nos parecia claro que, no decurso da sua evolução histórica, alguns dos verbos considerados teriam perdido a possibilidade de reestruturação, tal hipótese perdeu alguma relevância face aos dados obtidos no teste que efetuámos com falantes do PEC e aos dados do PEC não *standard*.

¹¹ É relevante que *prometer*, o único verbo que regista a ocorrência de clítico no domínio infinitivo nos dados analisados em 4.2., seja também o único com que se observa a ocorrência da negação.

(i) *quando alguũ promete de nom cassar* [1488 S]

Assim, o que se verifica é que alguns verbos resistem mais do que outros à reestruturação. Uma hipótese a explorar poderá ser a de que este facto esteja relacionado com a maior ou menor riqueza do domínio funcional infinitivo, podendo diferentes complementos infinitivos exibir níveis de complexidade distintos, o que explicaria a gradação da aceitabilidade destas construções indicada na tabela (1) acima.

6. Conclusões

Como pudemos verificar, no PA a subida de clítico era um fenómeno mais generalizado do que atualmente. Este facto tem sido usado como evidência para defender que, em PA, os complementos infinitivos de reestruturação seriam domínios defetivos. No entanto, mostrámos que, ainda que assim seja, há alguma evidência para considerar a existência de material funcional no domínio infinitivo, capaz de alojar alguns elementos, nomeadamente, marcadores introdutores de infinitivo.

Diacronicamente, verifica-se uma tendência para a diminuição da reestruturação nesses mesmos contextos, que se traduz no aumento da opcionalidade da subida de clítico com verbos de controlo. Além disso, de acordo com os nossos dados, no PEC, nenhum verbo de controlo parece excluir em absoluto a subida de clítico (cf. também tabela 1).

Este facto, juntamente com a variação encontrada relativamente aos verbos que permitem reestruturação, coloca em questão a ideia de que a dependência temporal do infinitivo seja uma condição necessária para a reestruturação.

Assim, o facto de determinados verbos de controlo exibirem efeitos de reestruturação é consequência apenas da defetividade estrutural do complemento infinitivo selecionado. O que parece ter mudado, diacronicamente, é a possibilidade de dupla seleção que (alguns) verbos de controlo adquiriram (na linha do que é proposto por Martins, 2000), ou seja, a opção de selecionarem um domínio mais ou menos defetivo. Por um lado, no caso de verbos como *querer*, *ousar*, *esperar*, *desejar*, com os quais a subida de clítico se tornou opcional, isto traduziu-se na possibilidade de selecionarem quer um complemento defetivo quer um complemento oracional pleno. Por outro lado, verbos como *prometer*, que não permitiam subida de clítico, passaram a poder selecionar também um domínio defetivo.

Em síntese, mais do que conclusões, decorrem deste trabalho algumas hipóteses que julgamos importante explorar para uma análise da reestruturação com verbos de controlo, bem como para a caracterização destes verbos, quer em termos sincrónicos, quer diacrónicos.

Referências

- Andrade, A. (2010) *A subida de clíticos em português: um estudo sobre a variedade europeia dos séculos XVI a XX*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Campinas.
- Cinque, G. (2004) 'Restructuring' and Functional Structure. In A. Belletti (ed.) *Structures and Beyond. The Cartography of Syntactic Structures*. Oxford/New York: Oxford University Press, pp. 132-191.
- Cinque, G. (1999) *Adverbs and Functional Heads, A Cross-Linguistic Perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- Duarte, I. (2003) Padrões de colocação dos pronomes clíticos. In Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5^a. ed. Lisboa: Ed. Caminho, pp. 847-867.
- Gonçalves, A. (1999) *Predicados Complexos Verbais em Contextos de Infinitivo não Preposicionado do Português Europeu*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Gonçalves, A., Cunha, L.F. & P. Silvano (2010) Interpretação Temporal dos Domínios Infinitivos na Construção de Reestruturação do Português Europeu. *Textos Seleccionados do XXV Encontro da APL*. Lisboa: APL/Colibri, pp. 435-447.
- Grimshaw, J. (1991) Extended projections. Brandeis University, unpublished ms.
- Hacquard, V. (2008) Restructuring and implicative properties of *volere*. In A. Grønn (ed.) *Proceedings of SuB12*. Oslo: ILOS.
- Karttunen, L. (1971) Implicative verbs. *Language* 47, pp. 2.
- Kayne, R. (1989) Null subjects and clitic climbing. In O. Jaeggli & K. Safir (eds.) *The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Reidel, pp. 239-261.
- Landau, I. (2000) *Elements of Control. Structure and Meaning in Infinitival Constructions*. Dordrecht: Kluwer.
- Magro, C. (2004) O fenómeno de Subida do Clítico à luz de dados não-standard do PE. Ms. Trabalho realizado no âmbito do seminário *Temas de Sintaxe II*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Martins, A. M. (2006) Aspects of Infinitival Constructions in the History of Portuguese. In R. S. Gess & D. Arteaga (eds.) *Historical Romance Linguistics: Retrospective and Perspectives*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, pp. 327-355.
- Martins, A. M. (2000) A Minimalist Approach to Clitic Climbing. In J. Costa (ed.) *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*. Oxford: Oxford University Press, pp. 169-190.
- Martins, A. M. (1994) *Clíticos na História do Português*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Napoli, D. J. (1981) Semantic Interpretation vs. Lexical Governance: Clitic Climbing in Italian. *Language* 57.4, pp. 841-887.
- Rizzi, L. (1982) *Issue in Italian Syntax*. Dordrecht: Foris.

- Rizzi, L. (1978) A restructuring rule in Italian Syntax. In S. J. Keyser (ed.) *Recent Transformational Studies in European Languages*. Cambridge/Mass: MIT Press, pp. 113-158.
- Roberts, I. (1997) Restructuring, Head Movement, and Locality. *Linguistic Inquiry* 28.3, pp. 423-460.
- Salvi, G. (1990) La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialetti occidentali della Penisola Iberica. *Medioevo Romano* 15, pp. 117-210.
- Stowell, T. (1981) *The Origins of Phrase Structure*. Unpublished PhD dissertation, MIT.
- Thráinsson, H. (1996) On the (non-)universality of functional categories. In W. Abraham et al (eds.) *Minimal Ideas*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, pp. 253-281.
- Wurmbrand, S. (2001) *Infinitives. Restructuring and Clause Structure*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- Zanuttini, R. (1991) *Syntactic Properties of Sentential Negation. A Comparative Study of Romance Languages*. PhD Dissertation, University of Pennsylvania.